

AS CLASSES SOCIAIS NA TEORIA DE ERIK OLIN WRIGHT E O PROGRAMA MARXISTA DE PESQUISA CIENTÍFICA

SOCIAL CLASSES IN ERIK OLIN WRIGHT'S THEORY AND THE MARXIST SCIENTIFIC RESEARCH PROGRAM

Mateus Azevedo *

Paula Marcelino **

Resumo

O tema do artigo é a teoria das classes sociais de Erik Olin Wright. Nosso objetivo é avaliar, a partir do programa de pesquisa marxista elaborado pelo sociólogo Michael Burawoy, quais aspectos específicos e conceitos da obra de Wright possuem maior relevância e consistência no tratamento de dois temas presentes em um dos postulados teóricos centrais do marxismo: aquele que afirma que a luta de classes é o motor da história. Os dois temas são: a) o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e b) o problema das classes médias para o marxismo, isto é, a expansão de posições interpostas entre burguesia e proletariado na divisão social do trabalho em sociedades capitalistas avançadas. Defenderemos a tese de que Wright, ao se apropriar da problemática da estratificação social em sua teoria de classes, acaba se afastando do postulado central do marxismo que é aquele da luta de classes como motor da história. Isso ocorre porque Wright abandona a tese da constituição relacional das classes sociais — ou seja, a ideia de que elas se constituem através da contradição de interesses determinados pela sua posição na divisão social do trabalho —, assim como abandona as ideias de polarização e de conflito político transformador, contidas na base da teoria de classe marxista. O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica e teórica.

Palavras-chave: Classes sociais. Estratificação social. Erik Olin Wright. Teoria marxista.

Abstract

The subject of the article is Erik Olin Wright's theory of social classes. Our aim is to evaluate, from the Marxist research program elaborated by the sociologist Michael Burawoy, which specific aspects and concepts of Wright's work have greater relevance and consistency in the treatment of two themes present in one of the central theoretical postulates of Marxism: the one that affirms that class struggle is the engine of history. The two themes are: a) the role of classes in the reproduction and transition between modes of production and b) the problem of the middle classes for Marxism, that is, the expansion of interposed positions between bourgeoisie and proletariat in the social division of labor in advanced capitalist societies. We will defend the thesis that Wright, by appropriating the problem of social stratification in his class theory, ends up moving away from the central postulate of Marxism, which is that of class struggle as the engine of history. This is because Wright abandons the thesis of the relational constitution of social classes – that is, the idea that they are constituted through the contradiction of interests determined by their position in the social division of labour – as well as abandoning the ideas of polarization and transformative political conflict, contained in the basis of Marxist class theory. The article is based on bibliographical and theoretical research.

Keywords: Social classes. Social stratification. Erik Olin Wright. Marxist theory.

* Possui mestrado em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Atualmente, integra, enquanto pesquisador, o GP “Luta: Estudo e pesquisa sobre classes sociais, sindicalismo e gênero no Brasil contemporâneo” (CNPq), liderado pela Profa. Dra. Paula Marcelino. E-mail: mateusmga@hotmail.com

** Professora do Departamento de sociologia da USP. Editora da revista Crítica Marxista (São Paulo) e coordenadora do GP Luta (CNPq) e do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). Autora de artigos e livros sobre sindicalismo, terceirização e precarização do trabalho. Para mais informações de currículo, ver: <http://lattes.cnpq.br/5794537264211714>. E-mail: prpmarcelino@gmail.com

O tema, o autor, a “régua epistemológica”¹

Em sociologia, a temática das classes sociais ocupa um lugar de destaque desde Karl Marx e Max Weber até os desenvolvimentos contemporâneos de John Goldthorpe, Pierre Bourdieu e o próprio Erik Olin Wright. Atualmente, podemos afirmar que a obra desse último autor representa, tanto para o marxismo quanto para a sociologia em geral, uma das mais importantes referências sobre o tema. Ademais, dentro do campo marxista, a proeminência da abordagem neomarxista das classes de Wright é incontestável. Sua obra pode ser entendida como o segundo projeto mais ambicioso em sistematizar uma teoria das classes sociais marxista, atrás apenas dos desenvolvimentos de Nicos Poulantzas, o primeiro grande esforço de sistematização teórica do uso prático da noção de classe nos clássicos do marxismo, como aponta Wright (1993).

Neste texto vamos analisar a obra de Wright a partir de parâmetros indicados na epistemologia dos programas de pesquisa de Michael Burawoy, o que nos permite avaliar, de maneira sistemática, em que medida a teoria das classes de Wright se distancia ou se concilia com o postulado teórico central do programa marxista de pesquisa da luta de classes como motor da história. A proposta de Burawoy inscreve-se em uma tradição epistemológica que se estende dos trabalhos de Thomas Kuhn a Imre Lakatos; seguindo-a, nosso autor afirma que há, em todo campo científico, um certo dogmatismo e convenção que guiam o avanço da ciência (Burawoy, 1995). Portanto, se por um lado avaliar o distanciamento teórico de Wright do programa de pesquisa marxista não invalida a sua relevância para outros campos de pesquisa, a exemplo da teoria da estratificação, por outro, nos permite avaliar em que medida as contribuições do autor possui relevância para o desenvolvimento interno à teoria marxista. O desenvolvimento teórico é, para qualquer teoria social, uma tarefa de primeira hora. A “régua epistemológica” de Burawoy, portanto, nos será muito útil.

Assim, no intuito de fazer avançar a teoria das classes sociais no geral e a teoria marxista das classes sociais, em específico, o **principal objetivo** do artigo é analisar quais aspectos específicos e conceitos mobilizados pelo sociólogo estadunidense Erik Olin Wright em sua teoria das classes sociais possuem maior relevância e consistência, segundo o programa de pesquisa marxista elaborado pelo sociólogo estadunidense Michael Burawoy em

¹ Este texto é parte revisada e modificada da dissertação de mestrado intitulada “A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo comparativo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright”, defendida por Mateus Azevedo, no ano de 2022, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP.

1990, no tratamento de dois temas que envolvem um dos postulados teóricos centrais do marxismo, qual seja, aquele que afirma que a luta de classes é o motor da história. Os dois temas são: i) o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e ii) o “problema das classes médias” para o marxismo, isto é, a expansão de posições interpostas entre burguesia e proletariado na divisão social do trabalho em sociedades capitalistas avançadas — algo que, a princípio, contesta a tese marxista da polarização de classes, presente, por exemplo, em **O Manifesto Comunista**. O primeiro tema envolve diretamente o postulado da luta de classes como motor da história, pois trata da relação entre a transição e as classes, o que, por consequência, cria a necessidade de se pensar as classes em períodos de reprodução do modo de produção. O segundo tema, o problema das classes médias, por sua vez, refere-se diretamente a uma anomalia (refutação), ou instância empírica contestatória, que se impôs à teoria de classes marxista durante o século XX. Essa anomalia contestava a hipótese de polarização das classes entre burguesia e proletariado, pois o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo teria impulsionado a expansão de um terceiro conjunto de trabalhadores assalariados, a classe média. A expansão histórica dessa classe foi utilizada como instrumento de contestação da tese da polarização de classes e, conseqüentemente, da ideia de que a luta de classes é o motor da história. Isso porque, sem a polarização e o conflito entre as duas classes fundamentais do capitalismo, não haveria transição para uma outra forma de sociedade.

Marxismo e ciência: o programa marxista de pesquisa científica em Michael Burawoy

Na década de 1990, Burawoy elaborou uma epistemologia e uma concepção de desenvolvimento da ciência por meio da incorporação crítica da metodologia dos programas de pesquisa científica desenvolvida pelo filósofo húngaro Imre Lakatos (1989). Até onde sabemos, Burawoy (1990) é o primeiro e único autor, no campo de debates em epistemologia marxista, a sistematizar o que seriam os postulados teóricos centrais de um programa marxista de pesquisas. Devemos admitir que, de certa maneira, há em Althusser (2017) formulações que se aproximam da elaboração de tal programa, visto que o autor estabelece o parâmetro de desenvolvimento da teoria marxista assentado em um certo conjunto de obras (teóricas e práticas), conceitos e teses que servem como ponto de referência e partida para o desenvolvimento do marxismo.

De acordo com Althusser (2017), o marxismo deve se desenvolver a partir da resolução das inadequações de determinados conceitos encontrados em estado prático nas

obras clássicas. Dessa forma, por meio da retificação, produção e sistematização, esses conceitos devem ser transformados em conceitos novos e mais adequados. A epistemologia de Althusser (2017) guarda semelhanças com a noção de programa de pesquisa em Burawoy (e Lakatos) na medida em que propõe um referencial teórico, as obras clássicas de Marx e Engels, sobre o qual a ciência deve se desenvolver. Entretanto, ao contrário de Burawoy (1990), Althusser (2017) não chega a estabelecer os postulados que devem ser defendidos e desenvolvidos pelo marxismo. Os postulados apontados por Burawoy, assim, permitem a agenda de pesquisa na qual se insere o presente texto: analisar em que medida a teoria das classes sociais de Erik Olin Wright é mais ou menos progressiva em relação aos postulados centrais do que seria, de fato, um programa marxista de pesquisa. Ela está inserida no corpo teórico marxista? Contribui para avançá-lo?

Para Lakatos (1989), inspiração de Burawoy na determinação do programa marxista de pesquisa, a ciência se desenvolve por meio da **refutação das refutações dos postulados centrais do núcleo teórico de um programa**. Nesse sentido, a ciência não se desenvolveria a partir de refutações de conjecturas especulativas – o que define o conceito de falsificação em Popper (1972), por exemplo – mas pela defesa de um núcleo teórico contra anomalias que se dirigem aos postulados desse núcleo. Como aponta Burawoy (1990), Lakatos (1989) não defende que os cientistas devem apenas resolver instâncias contestatórias que coloquem em xeque o núcleo central do programa de pesquisa, mas sim perseguir constantemente novas anomalias, já que o próprio desenvolvimento da ciência aconteceria a partir das resoluções sucessivas delas. Na visão de Lakatos (1989), portanto, são as anomalias que impulsionam o programa de pesquisa e permitem a expansão de seu conteúdo empírico.

Lakatos (1989, p. 4) argumenta que todo programa de pesquisa possui uma heurística, um “maquinário poderoso” para resolução de problemas que é capaz de “digerir” as anomalias e até mesmo transformá-las em evidência. Conforme afirma Burawoy (1990), a heurística dos programas de pesquisa estabelece os seus princípios de desenvolvimento. Lakatos (1989, p. 47) desenvolve dois tipos principais de heurística, a **negativa** e a **positiva**. A **heurística negativa** seria responsável por estabelecer que o “núcleo duro” do programa de pesquisa deve ser defendido a qualquer custo. Já a **heurística positiva** determina as ferramentas e caminhos de pesquisa mediante os quais o núcleo duro do programa deve ser defendido (Lakatos, 1987, 1989). Ou seja, essa heurística define os modelos e hipóteses auxiliares – o cinturão de defesa – que são desenvolvidos para lidar com as anomalias que ameaçam o núcleo central do programa. A heurística positiva é responsável, também, por

estabelecer os problemas e guiar os cientistas na busca das anomalias mais importantes a serem resolvidas (Lakatos, 1987, p. 25-26).

A partir do estabelecimento da heurística dos programas de pesquisa, Lakatos (1987, p. 28) desenvolve uma distinção entre dois tipos de programas: os **progressivos** e os **degenerados**. Nos programas de pesquisa progressivos, a expansão dos cinturões teóricos deve levar ao aumento do conteúdo empírico do programa. Isso acontece não só pela resolução de anomalias, mas também pela capacidade de antecipar e predizer um certo número de fatos com sucesso. Já os programas de pesquisa degenerados ou estagnados barram anomalias por intermédio de explicações *ad hoc* ou da “redução do escopo teórico” do programa, muitas vezes cedendo explicações e hipóteses aos programas de pesquisa rivais (Burawoy, 1990, p. 778).

Com o objetivo de estabelecer um programa de pesquisa marxista, Burawoy (1990) expande certos aspectos epistemológicos que, segundo ele, não foram bem desenvolvidos por Lakatos (1987, 1989). Segundo Burawoy, a teoria dos programas de pesquisa de Lakatos foi pensada para a compreensão das ciências exatas, abordando as ciências humanas apenas de forma indireta. Ainda, para esse autor, tanto o núcleo duro quanto o cinturão protetivo dos programas de pesquisa em ciências humanas/sociais se estabelecem lentamente, mediante sucessivas tentativas e erros. Ao longo de seu processo de formação, o núcleo duro deve ser entendido como uma **família** de núcleos que se sobrepõem e, normalmente, competem entre si, dando origem, dessa maneira, a diferentes ramificações em um único programa de pesquisa. Cada uma dessas ramificações, segundo o autor, reconstrói o núcleo de uma forma diferente.

Ainda tratando das ciências sociais, Burawoy (1990) afirma que as anomalias são geradas mais externamente do que internamente. Na perspectiva dele, as mudanças históricas são as principais fontes externas de anomalias que impõem a construção de novos cinturões teóricos aos programas de pesquisa. Como veremos posteriormente, esse é o caso justamente de um dos temas que abordamos neste artigo: o tratamento dado por Wright ao problema das classes médias.

Consideramos ser preciso ainda justificar um último aspecto de nossa escolha em relação à teoria dos programas de pesquisa marxista propostos por Burawoy (1990). Obviamente o postulado da luta de classes como motor da história não é o único apresentado por ele. Há seis outros postulados propostos pelo autor (Burawoy, 1990, p. 780, grifos do autor): 1) “para que haja história, homens e mulheres devem transformar a natureza em meios

de sobrevivência, ou seja, eles devem *produzir* seus meios de existência”; 2) “a ‘base econômica’ ou modo de produção define os limites de variação da superestrutura”; 3) “um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças produtivas (como produzimos os meios de existência) e as relações de produção (como o produto do trabalho é apropriado)” (terceiro postulado); 4) “uma transição bem sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes”; 5) “a história é progressiva, na medida em que segue a expansão das forças produtivas” ; por fim, 6) “o comunismo prediz o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação do indivíduo”. Diante de todos esses postulados, escolhemos o postulado da luta de classes como motor da história como parâmetro de avaliação das abordagens de classes de Wright em função de ele ser o único que versa **diretamente** sobre as classes sociais.

Wright e o marxismo analítico: o compromisso com normas científicas convencionais

Wright (1997) afirma que o principal objetivo da análise das classes sociais é tentar compreender tal noção como uma variável independente, capaz de explicar uma ampla gama de fenômenos sociais. Podemos afirmar, portanto, que esse é realmente um fator distintivo de sua obra em relação à noção de classes sociais, na medida em que esse controle teórico e de definição de variáveis será uma preocupação constante do autor. Burawoy (2020) traz uma explicação para essa preocupação na obra de Wright: ela estaria ligada à necessidade de aproximar o marxismo do campo intelectual acadêmico norte-americano, então dominado pelo funcionalismo de Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld. Burawoy (2020) destaca que essa preocupação tem reflexos significativos na obra de Wright, uma vez que o autor centra grande parte de suas escolhas metodológicas em pesquisas quantitativas. Seu objetivo seria conferir legitimidade ao marxismo em um ambiente a ele hostil e, para isso, Wright teria aderido ao marxismo analítico², igualmente preocupado com normas científicas convencionais da sociologia.

Assim, Wright (1995, p. 16) e o marxismo analítico nutrem ceticismo em relação a uma suposta “metodologia marxista distintiva”, isto é, uma metodologia única “dialética,

² Para Wright (1995), o marxismo analítico nasce do campo mais amplo do marxismo acadêmico nos anos 1970. Naquela época, o filósofo inglês Gerald Cohen organiza, juntamente com John Roemer, encontros, reunindo os principais teóricos do que viria a ser o marxismo analítico, tais como Adam Przeworski, John Ester e Erik Olin Wright. Apenas em 1986, o termo marxismo analítico apareceria; isso em uma coletânea organizada por Roemer (1986).

histórica, materialista, antipositivista e holista” em contraposição à “ciência social burguesa” “não dialética, a-histórica, idealista, positivista e individualista.” Ao mesmo tempo, Wright insiste que “o mais valioso no marxismo são suas afirmações substantivas sobre o mundo, não sua metodologia”. Para Cohen (2013, p. 20), o marxismo analítico pode ser entendido em dois sentidos: um amplo, que faz oposição ao termo dialético, e um estrito, que seria o oposto de um pensamento holístico. Essas duas compreensões analíticas teriam possibilitado a fuga dos marxistas em direção a metodologias científicas convencionais pouco aceitas pelo campo marxista “tradicional”. A abordagem de classes de Wright seria um exemplo disso.

Como veremos nas próximas seções, o compromisso de Wright com as normas científicas convencionais influenciou suas escolhas metodológicas em relação à abordagem de classes. Entendemos que essa noção de compromisso com normas científicas convencionais leva Wright a se apropriar da teoria da estratificação social, elemento que julgamos pouco consistente com a ideia marxista de classe social, ou seja, de que as classes se conformam relacionalmente e em oposição. Para compreendermos a apropriação de Wright da teoria da estratificação, é preciso entender seu conceito de exploração.

O conceito de exploração de *Erik Olin Wright*

Podemos afirmar que o conceito de exploração se encontra na origem da teoria das classes sociais de Wright (1997). Para o autor, é através da relação específica de exploração que se conformam os interesses antagônicos determinantes das diferentes localizações de classe em distintos modos de produção. Será, portanto, através de certas modificações na teoria da exploração do economista estadunidense John Roemer (1982a, 1982b) – para quem a desigualdade em torno de ativos ou recursos produtivos de diversos tipos pode ser entendida como o elemento central da teoria da exploração – que Wright (1997, 1998) construirá seu modelo de análise de classes.

Roemer (1982b, p. 276) utiliza a teoria dos jogos cooperativos para construir sua teoria geral da exploração. O autor parte da seguinte condição para definir se um indivíduo ou um grupo de indivíduos é ou não explorado: “eu proponho que um grupo pode ser concebido como explorado caso haja alguma *alternativa condicionalmente factível* sob a qual seus membros estariam em uma situação melhor” (Roemer, 1982b, p. 276). A partir dessa premissa, o autor propõe um jogo performado por uma coalizão de agentes em determinado tipo de economia. Uma coalizão de agentes teria o direito de se retirar ou de participar da economia específica que está sendo tratada (Roemer, 1982b, p. 276). Assim, **se uma**

determinada coalizão consegue melhorar a condição de seus membros por meio de sua retirada da economia (ou do jogo), podemos dizer que essa coalizão é explorada. Para que a definição de exploração em Roemer (1982a, 1982b) se conclua, é importante que se preencha uma outra premissa: o complemento da coalizão explorada deve ter sua situação piorada caso se retire do jogo.

Wright (1998) inicia uma reelaboração da teoria de Roemer partindo da reformulação do ativo produtivo em torno do qual acontece a exploração feudal. Esses ativos se consistem nos recursos próprios dos servos e no lote familiar. Para Roemer (1982), a exploração feudal ocorreria se uma coalizão feudal fosse capaz de melhorar sua situação depois de se retirar do jogo feudal e levar consigo seus ativos pessoais. Wright (1998), por sua vez, entende que a exploração feudal pode ser caracterizada de outra maneira e toma a **força de trabalho** como o recurso produtivo em torno do qual a exploração feudal se desenvolve. O autor argumenta que a força de trabalho no feudalismo seria um recurso produtivo dividido desigualmente. Os servos não possuíam propriedade total sobre a sua força de trabalho, pois parte do controle desse recurso se encontraria nas mãos dos senhores feudais (Wright, 1998). Essa situação difere do capitalismo, em que todos os indivíduos possuem o controle total sobre a sua força de trabalho e todos os trabalhadores possuem ao menos uma unidade de força de trabalho (Wright, 1998). Já no feudalismo isso não ocorreria, pois os servos possuíam menos de uma unidade de força de trabalho. Dessa maneira, a exploração feudal é compreendida como a desigualdade na distribuição de ativos em força de trabalho (Wright, 1998). Essa reformulação de Wright (1998) traz simetria aos diferentes tipos de exploração analisados na obra de Roemer (1982a), pois cada ativo produtivo passa a ser entendido por meio de uma relação de propriedade. Dessa forma, Wright (1998) pôde estabelecer a correspondência entre os diferentes tipos de exploração e as relações de classes específicas que cada tipo de exploração estabelece. Ou seja, Wright (1998) pôde definir as duas classes principais de cada modo de produção: no feudalismo, senhores e servos; no capitalismo, burguesia e proletariado; e, no socialismo, especialistas e trabalhadores (Wright, 1998).

Contudo, para Wright (1998), ainda existe um segundo problema na teoria da exploração de Roemer (1982a) que estaria relacionado à exploração no socialismo “realmente existente”, ou seja, a União Soviética. Segundo Roemer (1982a), nessa sociedade onde a propriedade privada dos meios de produção havia sido abolida, persistiam desigualdades que dificilmente poderiam ser associadas apenas às desigualdades em relação a ativos de qualificação não alienáveis, ou seja, às credenciais escolares e habilidades escassas dos

trabalhadores. Assim, para dar tratos à questão da exploração no “socialismo existente”, Roemer (1982a, p. 243) mobiliza o conceito de **exploração de status**, cuja figura típica seria a exploração exercida pela burocracia estatal sobre os trabalhadores. Nesse tipo de exploração, as desigualdades de remuneração estariam ligadas às posições ocupadas por certos indivíduos no aparelho burocrático, o que não teria necessariamente a ver com as **qualificações** necessárias para exercer as funções demandadas por tais posições. Caso as remunerações estivessem associadas ao nível de qualificação dos agentes que ocupam determinadas posições, poder-se-ia afirmar que este seria um aspecto do tipo de exploração socialista. Contudo, para Roemer (1982a, p. 243) esse não seria necessariamente o caso do “socialismo realmente existente”, em que as remunerações especiais dos detentores de determinadas posições na burocracia dariam origem à exploração de status.

Assim, Roemer (1982a) aplica o dispositivo da teoria dos jogos para avaliar se determinada coalizão é status-explorada (*status-exploited*). Podemos considerar tal coalizão como explorada caso ela consiga melhorar a situação de seus membros retirando-se do jogo do “socialismo existente”, levando consigo apenas seus ativos pessoais e isentando-se totalmente das obrigações de status. Wright (1998, p. 15), entretanto, demonstra que essa definição de exploração de status em Roemer (1982a) é insatisfatória por duas razões principais: a primeira estaria associada ao fato de que cada tipo de exploração apresentado por Roemer (1982a, 1982b) possui uma relação direta com as forças produtivas. Isso quer dizer que seriam conceitos materialistas, ou seja, capazes de explicar a distribuição de recursos produtivos das sociedades (Wright, 1998, p. 15-16). A segunda razão diz respeito ao fato de que seria difícil distinguir esse tipo de exploração da exploração feudal. Os senhores feudais são remunerados não por suas qualificações escassas ou pela propriedade privada de capital, mas sim pela incumbência de sua posição. Ainda assim, segundo Wright (1998), não seria razoável considerar igualmente a lógica da exploração de classe na União Soviética e na Europa do século XIV.

Wright (1998) resolve o problema da exploração de status mediante a introdução de um quarto ativo de produção designado de **ativos de organização**. A base para essa reformulação estaria na compreensão de que a divisão técnica do trabalho, enquanto a forma pela qual o processo produtivo é organizado, pode ser considerada como uma fonte de produtividade (Wright, 1998). No capitalismo contemporâneo, os ativos de organização são controlados pelas gerências e pelos capitalistas. Para Wright (1998), apesar de controlarem a organização da produção, os gerentes estariam em uma posição de classe inferior à dos

capitalistas, já que controlam a organização dentro de unidades produtivas sob constrangimentos da propriedade econômica do capital. Já no **socialismo burocrático de Estado**, tal como entende Wright, os ativos de organização assumem um papel mais importante, pois o controle técnico da produção passa a ser uma tarefa organizada de forma centralizada (planificação econômica central) (Wright, 1998). Segundo Wright (1998), a exploração no socialismo burocrático de Estado tem como base o poder burocrático ligado aos órgãos estatais de planificação econômica. Assim, a base material para as relações de classe passa a ser os ativos de organização.

Após determinar os ativos produtivos em torno dos quais a exploração se dá em diferentes tipos de sociedade, Wright (2015, p. 38) elabora três princípios fundamentais para estabelecer se realmente há relação de exploração: i) “o princípio do bem-estar interdependente inverso”, o que significa que o bem-estar de um (explorador) depende causalmente da privação de outros (explorados); ii) “o princípio da exclusão”, ou seja, a exclusão de acesso dos explorados a certos ativos de produção é condição da interdependência inversa, tal como visto acima; e, por fim, iii) “o princípio da apropriação” relacionado à apropriação dos resultados do esforço de trabalho dos explorados pelos exploradores. A exploração, nesse sentido, é compreendida como uma relação de necessidade e dependência do explorador em relação ao explorado. Esses elementos da teoria da exploração de Wright são importantes para nosso argumento porque veremos como a apropriação da teoria da estratificação contradiz, em grande medida, seus próprios princípios e, ao mesmo tempo, está na base de seu distanciamento do postulado marxista da luta de classes como motor da história.

Exploração e estrutura de classes

Como descrevemos na seção anterior, Wright (1998) afirma que, no capitalismo, a exploração ocorre em torno de três ativos produtivos principais, que estão distribuídos desigualmente ao longo da estrutura de classes: os meios de produção, os ativos de organização e os ativos de qualificação. A partir da exploração em torno desses três ativos, Wright (1997) deriva seu conceito de estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas. Primeiramente, teríamos duas localizações de classe principais polarizadas entre proprietários e não proprietários, ou seja, ligadas à distribuição desigual de direitos e poderes sobre os meios de produção. A “classe média” ocuparia localizações contraditórias na estrutura de classes. Segundo Wright (1998), essa localização contraditória é dada tanto por

ela estar excluídas da propriedade dos meios de produção (como os trabalhadores) quanto por terem interesses divergentes da classe trabalhadora em função de seus direitos e poderes sobre ativos de organização e ativos de qualificação. Essa tese permite a Wright (1997, p. 25) elaborar seu mapa de localizações de classe em sociedades capitalistas avançadas que, em sua forma principal, possui seis localizações de classe: no campo dos detentores dos meios de produção, teríamos, a **pequena burguesia** (nenhum empregado) e os **capitalistas** (muitos empregados). No campo dos ativos de organização e qualificação teríamos os **gerentes especializados, especialistas, gerentes não especializados** e os **trabalhadores**. É por meio desse mapa que Wright (1997) terá o instrumental teórico capaz de controlar o papel do conceito de classe social como variável independente em suas análises empíricas.

No que diz respeito à noção de qualificação em Wright (1997), acreditamos que há uma divergência em relação ao postulado teórico da luta de classes como motor da história. Essa divergência ocorre porque a posição dos ativos de qualificação não se concilia bem com os critérios da teoria da exploração do próprio Wright (1997), ao mesmo tempo que não é coerente com a noção relacional das classes sociais no marxismo. Desse modo, a exploração socialista, entendida como um critério de análise das classes segundo o qual se possui mais ou menos qualificações, indica uma apropriação da abordagem da estratificação social por Wright (1997). Nele, as classes sociais são pensadas enquanto estratos em uma hierarquia contínua de níveis. Em *Class Counts*, Wright (1997) deixa clara essa posição:

Incorporar habilidades dessa maneira à análise de classes, de certa forma, borra a distinção aguda entre uma análise de classes *relacional* e uma análise de classes *gradual* estratificada. Habilidades, antes de tudo, variam mais ou menos de forma contínua – alguém pode ter mais ou menos habilidades. “Níveis” de habilidades, assim, sugerem estratificação em uma estrutura de desigualdade, mais do que *localizações* em uma estrutura de relação de classes. A análise de classes proposta aqui, portanto, tenta combinar uma explicação das relações sociais que constituem o atributo de classe da estrutura de classes com uma explicação dos processos que geram estratificação nas localizações de classe (Wright, 1997, p. 19, grifos do autor).

A partir disso, podemos elencar alguns problemas da apropriação por Wright (1997) da teoria da estratificação. Em primeiro lugar, a abordagem da estratificação se concilia mal com os próprios pressupostos teóricos da exploração, vistos na seção anterior. É difícil compreender como haveria exploração em torno de qualificações mediante o princípio do bem-estar interdependente inverso. Isto é, como o bem-estar de indivíduos mais qualificados dependeria da privação dos menos qualificados? Do mesmo modo, não é clara a maneira pela qual os mais qualificados excluem os menos qualificados dos ativos de qualificação. Esse

elemento de exclusão, por exemplo, é claro em relação aos meios de produção, pois os proprietários dos meios de produção realmente excluem os não proprietários de seu acesso; mas não é tão evidente em outros, como no caso da relação entre especialistas e não especialistas, por exemplo, de um professor universitário e um operário. Por fim, no que diz respeito à apropriação do sobretrabalho, Wright (1998) ainda tenta argumentar que poderia haver apropriação pelos mais qualificados dos menos qualificados em situações em que há escassez de certas qualificações em relação à demanda. Os portadores de qualificações escassas receberiam uma remuneração maior que os custos de reprodução da sua força de trabalho, o que, segundo Wright (1998), demonstraria a transferência de trabalho entre esses agentes. Contudo, de acordo com os critérios do próprio Wright (2015), não é possível afirmar que há realmente uma relação de exploração em torno dos ativos de qualificação, mesmo que haja apropriação. Isso porque, como ele argumenta, todos os três critérios – bem-estar interdependente, exclusão e apropriação – devem ser preenchidos para que se possa realizar um diagnóstico de exploração (Wright, 2015).

De fato, não fomos os primeiros a notar problemas nessa formulação de Wright sobre a exploração. Santos (2002) e Bertonecelo (2009) também apontam para o fato de que não fica claro, nas formulações de Wright (1997), como o processo de exploração se dá em torno dos ativos de qualificação. Portanto, concordamos com Bertonecelo (2009) quando afirma que, pela maneira como Wright (1997) aborda o problema das qualificações, parece que os portadores desse ativo produtivo estão apenas em melhores condições de resistir à exploração capitalista.

Assim, consideramos que a noção de qualificação construída por Wright a partir da problemática da estratificação social está em desacordo com um dos postulados teóricos do programa de pesquisa marxista: a luta de classes é o motor da história. A concepção das classes enquanto estratos não consegue estabelecer interesses contraditórios, que são a base do conceito de luta de classes. Nesse sentido, o conceito de exploração em torno de recursos de qualificação pode ser apreendido como um elemento degenerativo para o programa de pesquisa marxista tal como proposto por Burawoy (2020).

Para além dos problemas mais específicos do conceito de exploração, numerosas críticas foram dirigidas ao procedimento metodológico de formulação dos mapas de classes elaborados por Wright. Críticas que, em certo sentido, fazem eco as nossas conclusões sobre o elemento degenerativo da apropriação da teoria da estratificação pelo autor. Como salientou Bertonecelo (2009), os mapas de classe acabam sendo *proxy* de posições em uma hierarquia

ocupacional. O mesmo argumento é levantado de outra forma por Cavalcante (2012, p. 274), para quem a pretensão de mapear as classes teve como resultado, no máximo, a produção de um “mapa profissional”. Carchedi (1989) avança outro argumento contra os procedimentos metodológicos utilizados por Wright (1997). O autor demonstra que, ao preencher as posições de classe de seu mapa com categorias ocupacionais – retiradas de um *survey* sobre condições de trabalho realizado pela Universidade de Michigan – em seus estudos empíricos sobre classes e consciência, Wright (1997) iguala praticamente toda a sua abordagem de classes a uma teoria da estratificação social. Segundo Carchedi (1989), com esse procedimento metodológico (quantitativo), Wright (1997) conseguiria alcançar apenas uma posição estática e determinística, tanto da estrutura como da consciência de classe.

Dessa forma, se o objetivo de Wright era propor uma solução (refutação da anomalia) ao problema das classes médias (anomalia), apropriar-se da teoria da estratificação social nos parece ter antes afastado Wright do marxismo do que ter refutado a anomalia a partir da proteção do núcleo desse corpo teórico.

Classes e transição

Para compreender os problemas da noção de transição em Wright, precisamos explorar brevemente as trajetórias de dois conceitos básicos que sofreram modificações ao longo da obra do autor: interesses de classe e capacidades de classe. Wright (2015, p. 35) define interesse de classe como “os interesses materiais das pessoas decorrentes de suas situações materiais dentro das relações de classe”. Dessa forma, **interesses materiais** podem ser entendidos como “padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas” (Wright, 2015, p. 35). Os interesses dos agentes sobre esses fatores podem ser descritos como interesses de classe na medida em que as “oportunidades” e as escolhas que as pessoas têm e realizam na busca desses interesses são estruturados pela sua localização de classe. Segundo Wright (2015, p. 35), entender e descrever o interesse de classes constitui o elo fundamental, entre “as relações de classe e as ações dos indivíduos dentro dessas relações de classe”. Nesse sentido, a consciência de classe deve ser entendida como “o conhecimento subjetivo que as pessoas têm dos seus interesses de classe e das condições para favorecê-los” (Wright, 2015, p. 35).

Um aspecto importante que devemos destacar sobre o elo entre estrutura e práticas de classe está relacionado à maneira como Wright (2015) define a noção de interesses de classe e

as consequências teóricas que essa definição possui para a formulação de seu conceito de luta de classes. O interesse de classe, tal como desenvolvido pelo autor, engloba uma ampla gama de atividades, o que, a nosso ver, faz com que se perca o conteúdo específico da noção de luta de classes. Ou seja, em Wright (2015), como definido acima, o conceito de interesses de classe faz referência a uma gama de aspectos da vida social que podem ser das mais diversas ordens – econômica, política, ideológica etc. Por isso, entendemos que a luta de classes associada à realização desses interesses perde sua especificidade, pois pode versar sobre qualquer âmbito da vida social. Wright (1997, 2015) perde de vista uma das distinções mais importantes da teoria marxista concernente ao escopo da luta de classes: a distinção entre luta política e luta econômica, ou seja, a luta que visa ao poder de Estado, realizada pelos trabalhadores em torno de um partido político; e a luta econômica, realizada, principalmente, pelos sindicatos. Acreditamos que o conceito de luta de classes em Wright (1997, 2015) perde força, já que assume uma acepção genérica e ampliada, isto é, não deixa claro os objetivos aos quais essa luta faz referência.

Todavia, devemos destacar que o autor nem sempre sustentou essa acepção genérica e ampliada do conceito de interesses de classe. Em *Class, Crisis and the State*, de 1978, Wright (1993) elabora uma diferenciação entre interesses imediatos e fundamentais de classe que se aproxima muito da distinção entre luta econômica e luta política (Wright, 1993). Segundo Wright (1993, p. 89-90), os interesses imediatos de classe podem ser definidos como “interesses dentro dos limites de uma dada estrutura de relações sociais”. Já os interesses fundamentais seriam definidos “pelos interesses que colocam em questão a própria estrutura de relações sociais”. Os exemplos trazidos pelo autor esclarecem a questão: os interesses imediatos estariam ligados aos interesses econômicos dos trabalhadores, como lutas por salário e melhores condições de vida e os interesses fundamentais estariam ligados, por exemplo, à luta pelo socialismo (Wright, 1993). Ainda no centro dessa discussão, Wright (1993) demonstra que esses dois tipos de interesse fazem referência a registros distintos da análise: os interesses imediatos a um modo de produção dado (reprodução) e os fundamentais à passagem entre os modos de produção (transição). Podemos notar que essa distinção entre interesses imediatos e fundamentais é abandonada pelo autor a partir dos anos 1980, quando ele define o conceito de interesses de classe de uma maneira, podemos dizer, ampliada (Wright, 1997, 1998, 2015). Merece destaque, nesse aspecto, a obra *Class Counts* (1997), seu trabalho de maior repercussão, no qual o autor define de maneira ampla o conceito de interesses de classe. Nossa hipótese para o autor ter abandonado os conceitos de interesses

imediatos e fundamentais está relacionada às pressões e à integração de Wright, como já afirmamos, ao contexto intelectual norte-americano. A teoria da estratificação social estava no “coração” da teoria sociológica nos anos 1970 naquele país (Burawoy, 2020, p. 74). Segundo Burawoy (2020), há um processo geral na trajetória da abordagem de classes de Wright que o leva progressivamente a se distanciar dos debates marxistas clássicos e a adotar uma posição que conciliava diversas abordagens de classe (Wright, 2015).

Dessa forma, acreditamos que o abandono da distinção entre interesses imediatos e fundamentais tenha feito parte desse processo, no qual o autor assume uma postura desconcertantemente eclética e pouco atenta aos enquadramentos que derivam de uma problemática teórica, como diria Althusser, ou de um programa específico de pesquisa científica: “Podemos ser weberianos no estudo da mobilidade de classe, adeptos de Bourdieu no estudo dos determinantes classistas dos estilos de vida ou marxistas na crítica do capitalismo” (Wright, 2015, p. 209). Na nossa compreensão, não é possível nem desejável escolher tão livremente “o que há de melhor” em cada autor ou corrente teórica. A retificação teórica, procedimento necessário para fazer avançar um corpo teórico diante de novas evidências e até de conceitos exógenos, não é tão aberta assim.

Para dar sequência a nossa análise do elemento da transição na teoria das classes sociais de Wright, devemos abordar as críticas que esse autor fez em trabalhos conjuntos (Wright; Levine, 1980; Wright; Levine; Sober, 1992) à teoria do materialismo histórico proposta por Gerald Cohen (2013). A crítica e os argumentos de Wright e Levine (1980) à teoria da transição de Cohen desenvolvem-se mediante a introdução do conceito de capacidades de classe na teoria da mudança histórica. Na visão desses autores, para a construção de qualquer teoria da história adequada e consistente, é central entender como os interesses de classe são traduzidos e transformados em práticas, o que ocorre através da **capacidade de classe**, ou seja, “aqueles recursos organizacionais, ideológicos e materiais disponíveis para as classes na luta de classes” (Wright; Levine, 1980, p. 58).

A partir da noção de capacidades de classe, Wright e Levine (1980) atacam o argumento de Cohen (2013) segundo o qual a transformação social dependeria, em primeiro lugar, do desenvolvimento das forças produtivas. Para Cohen (2013), o desenvolvimento das forças produtivas levaria, inexoravelmente, à formação da **capacidade de classe** necessária à transformação social. Ou seja, na perspectiva do autor, não haveria espaço para qualquer tipo de constrangimento ou coação social historicamente concreta que pudesse bloquear esse processo. Isso ocorreria, segundo Wright e Levine (1980), porque a tese de Cohen (2013) é

construída em cima de categorias trans-históricas. O elemento crucial da crítica aqui é a utilização das categorias trans-históricas de “escassez” e “racionalidade instrumental” que sustentam e são centrais para o argumento de Cohen (2013). Essas categorias não admitem intervenção das condições concretas e dos contextos historicamente específicos, onde poderiam estar envolvidas diversas formas de coação social capazes de constranger o desenvolvimento da **capacidade de classe**.

Segundo Wright e Levine (1980), Cohen (2013) erra também ao reduzir a ideia de capacidade de classes à de interesses de classe. Cohen (2013) pressupõe, segundo os autores, que o desenvolvimento das forças produtivas levaria as classes dominadas a perseguirem automaticamente e mecanicamente tais interesses. Cohen (2013) ainda defende que, em momentos de transição, os interesses da classe mais adequada para dirigir o desenvolvimento das forças produtivas acabam, em certa medida, por se identificar com os interesses gerais da sociedade. Isso levaria as classes, até então apoiadoras da classe dominante no regime anterior, a mudar de lado e passar a apoiar a nova classe que emerge triunfante do período de mudança. Portanto, Wright e Levine (1980) depreendem que, para Cohen (2013), a capacidade de classe está inteiramente atrelada aos interesses de classe e ao desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com a crítica elaborada por Wright e Levine (1980, p. 59) à posição de Cohen (2013), não haveria um “processo automático de desenvolvimento das capacidades de classe enquanto consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas”.

Wright e Levine (1980), portanto, apresentam uma crítica ao modelo de transição exposto por Cohen (2013) que coloca no centro do debate sobre a transição a categoria de capacidades de classe. O problema central identificado ao final da nossa análise estaria no fato de que Wright e Levine (1980) não definem o escopo ao qual essa capacidade de classes faz referência, ou seja, se faz referência à luta econômica ou à luta política. Wright e Levine (1980) não desenvolvem profundamente esse tema – dos objetos específicos da capacidade de classe. Porém, como vimos, esse conceito vem sempre associado, nos autores, à noção de luta de classes, e, conforme Wright (1997) desenvolve posteriormente, assume uma acepção que poderíamos chamar de ampliada. Queremos dizer com isso que a luta de classes em Wright (1997) não possui um objeto específico, tal como se apresenta em outros autores do marxismo, como Lenin (2006) e Poulantzas (2019) – ou seja, a luta política de classes que objetiva o poder de Estado. Enquanto macroconceito derivado da noção de práticas de classe,

a luta de classes em Wright (1997) pode assumir, desde que coletivamente, um caráter econômico ou político ou ideológico na medida em que está associada diretamente a uma noção ampliada de interesses de classe, tal como já definimos.

Acreditamos que a luta sindical/econômica não pode ser entendida, como Wright (1997) o faz, como luta de classes; não, ao menos sem ser, antes, objeto de uma retificação para que sua incorporação não cause contradições no núcleo da teoria marxista³. A luta sindical/econômica, assim, não é “o motor da história”. Considerar a luta econômica por aumento de salários como luta de classes *stricto sensu* está, a nosso ver, em contradição com o postulado teórico da luta de classes. A luta por salários no capitalismo faz parte do conflito reprodutivo ou funcional, como prefere Saes (2003). Tratá-la, portanto, como “a” luta de classes implicaria, na leitura que fazemos de Burawoy, abdicar da característica de motor da história proposta pelo postulado do programa marxista de pesquisa. Ou melhor, ao considerar qualquer tipo de conflito como luta de classes, Wright torna genérico o postulado teórico da luta de classes e, em sua perspectiva, ela passa a ser **também** o motor da história e não mais o motor da história.

Em nossa compreensão, nos textos após *Class, Crisis and state*, Wright (1993) **abandona** a distinção entre interesses imediatos (reprodução) e interesses fundamentais (transição) de classe. Essa distinção implicava, ainda no texto de 1978, uma diferenciação do conceito de capacidade de classe. Wright (1993), naquele momento, dividia esse conceito em dois: as **capacidades de classe estruturais**, ligadas ao próprio desenvolvimento histórico e estrutural das sociedades, e as **capacidades de classe organizacionais**, derivadas da organização consciente dos integrantes de determinada classe social (Wright, 1993, p. 99). Assim, as capacidades organizacionais – “os vínculos reais entre os membros de uma classe criados através da direção consciente de organizações de classe” (Wright, 1993, p. 101) – podiam ser entendidas como a noção de partido político distinto, diferente da organização que realiza a luta de tipo econômico, o sindicato. Portanto, naqueles trabalhos, Wright mobilizava conceitos que, a nosso ver, indicam uma defesa forte do postulado da luta de classes como motor da história. Após esses textos, consideramos que Wright (1997, 1998) atenua esse postulado mediante a utilização de um conceito ampliado de interesses de classe. A

³ Entendemos que Boito Jr. (2018) busca fazer tal retificação. Deixaremos uma discussão pormenorizada sobre esse tema para o futuro. Ela pode ser analisada, tal como o fizemos aqui, a partir da proposta de Burawoy para um programa marxista de pesquisa.

abordagem ampliada de Wright (1997) do conceito de interesse de classe é **um aspecto menos progressivo de sua teoria de classes em relação ao programa marxista de pesquisa.**

Conclusões

Com o intuito de finalizar nossa discussão, devemos retomar em linhas gerais os desenvolvimentos e as conclusões abordadas no artigo. Nosso trabalho teve como objetivo avaliar de que maneira Wright se afastou ou se manteve em acordo com o postulado marxista da luta de classes como motor da história. Primeiramente, a partir do instrumental epistemológico de Burawoy (1990), tentamos demonstrar que Wright, ao tratar da exploração em torno de recursos de qualificação, acaba se apropriando da problemática da estratificação social. Ou seja, da ideia de que as classes sociais, enquanto portadoras de ativos de qualificação desiguais, constituem estratos em uma escala linear dos mais aos menos qualificados. Sustentamos que a apropriação da problemática da estratificação estaria, por um lado, em desacordo com os próprios fundamentos da teoria da exploração do autor e, por outro, com o postulado marxista da luta de classes como motor da história.

Assim, pensamos que é difícil comprovar que o princípio do bem-estar interdependente inverso – o bem-estar de um agente depende invariavelmente da privação de outro – seja válido no caso de agentes portadores de distintos graus de qualificação. Não é possível afirmar sem incorrer em imprecisões comprometedoras que o bem-estar de pessoas mais qualificadas é garantido pela privação de pessoas menos qualificadas.

Da mesma maneira, o critério da exclusão dificilmente se apresentaria na exploração em torno de ativos de qualificação. Ou seja, pessoas mais qualificadas, apenas por serem mais qualificadas, não excluem necessariamente as pessoas menos qualificadas da possibilidade de conquistar uma maior qualificação. Relação de exclusão que é muito clara quando falamos em proprietários dos meios de produção e não proprietários. Wright (1997) ainda tenta demonstrar como haveria apropriação de sobretrabalho dos mais qualificados em relação aos menos qualificados, que ocorreria pelo fato de as remunerações (*skill rent*) dos mais qualificados ultrapassarem os custos da produção de suas qualificações e de sua reprodução. Contudo, mesmo que se aceite essa ideia, como defende o próprio autor, para que haja exploração, o princípio do bem-estar interdependente inverso, o princípio da exclusão e o princípio da apropriação devem ser preenchidos.

Nesse sentido, o caráter relacional da determinação de classes se perde na formulação de Wright (1997) acerca da exploração em torno das qualificações. Isso nos levou a defender o argumento de que tal critério estaria em desacordo com o postulado da luta de classes como motor da história, já que não havendo antagonismo e contradição de interesses, não haveria, conseqüentemente, luta de classes para tomada do poder de Estado. Concluimos, portanto, que tomar as classes sociais, no caso das qualificações, enquanto estratos em um contínuo linear, seria uma apropriação degenerativa da teoria das classes de Wright (1997) em relação ao programa marxista de pesquisa, já que Wright cede parte de sua explicação a um programa de pesquisa rival (problemática da estratificação) que é incapaz de pensar de forma apropriada o caráter relacional de constituição das classes e do conflito de classes.

Vale lembrar que Wright, em suas últimas obras – ver, por exemplo, o livro de 2010 *Envisioning real utopias* –, vai trabalhar de maneira mais aprofundada seu entendimento sobre as formas de superação do capitalismo através da noção de utopias reais. Contudo, nossa análise não aborda esse período da obra do autor, pois entendemos que o conceito de utopias reais, enquanto instituições que realizam “prefigurações socialistas dentro do capitalismo” (Burawoy, 2020, p. 84), abandona a noção de classe social como elemento central da transição entre modos e produção. O interesse do autor, naquele período, se volta para processos de desmercantilização do trabalho, do dinheiro, da natureza e do conhecimento que estariam sendo encampados por certas instituições: renda mínima universal (trabalho), orçamento participativo (dinheiro), cooperativismo (natureza) e Wikipedia (conhecimento) (Burawoy, 2020, p. 93). Portanto, as classes perdem seu espaço nos processos de superação do capitalismo dando lugar às chamadas utopias reais, o que nos fez optar por não avaliar as conseqüências teóricas e epistemológicas dessas últimas formulações do autor. Arriscamos a dizer, contudo, que a ausência da problemática das classes sociais nessa última fase da produção de Wright pode reforçar a tese que defendemos nesse artigo, a de que o autor se distancia de um programa marxista de pesquisa científica.

A segunda questão importante que desenvolvemos ao longo do artigo está relacionada diretamente às relações entre estrutura de classes e transição por meio do conceito de interesses de classe na obra de Wright (1997). O problema que apresentamos é que Wright, após os anos 1980, vai definir interesses de classe de modo ampliado. O conceito passa, então, a versar sobre qualquer tipo de conflito, cultural, econômico, político, etc., ou seja, não versa sobre conflitos que engendrariam, de fato, transições de modo de produção.

Na teoria do autor, a luta de classes passa a ser **também** o motor da história, ou seja, um dentre outros, o que enfraquece um dos principais postulados marxistas. Isso ocorre porque certos tipos de conflito englobados pelo conceito não estariam ligados à transformação social, mas justamente ao seu contrário, à reprodução, como é o caso típico da luta sindical por salários. A partir do momento em que os interesses de classe e a luta de classes podem versar sobre praticamente todos os conflitos de interesse de uma sociedade, o espaço reservado à transformação parece ser demasiadamente reduzido ou encoberto na teoria de Wright (1997).

Dessa forma, concluímos que a concepção de Wright sobre as classes sociais e a transição poderia ser caracterizada como um traço **menos progressivo** de sua teoria em relação ao programa marxista de pesquisa, mais precisamente, em relação ao postulado da luta de classes enquanto motor da história. Wright (1997) parece evitar a ideia marxista de luta de classes enquanto luta revolucionária capaz de engendrar a transição entre modos de produção.

De fato, não fomos os primeiros a notar esse elemento da abordagem de classes do autor. Como aponta Burawoy (2020), a grande aceitação da teoria de classes de Wright (1997) no ambiente acadêmico norte-americano pode ser entendida a partir desses recuos realizados pelo autor frente ao programa marxista de pesquisa. Recuos encontrados, por meio de nosso trabalho, também na apropriação da teoria da estratificação e na construção de um conceito ampliado de interesses de classe que encobre o caráter transformador da luta de classes. Como afirma Burawoy (2020):

Tendo retirado a política do Marxismo, tendo deixado para trás as contradições do capitalismo, tendo abandonado a história – especialmente história no sentido da luta de classes – e tendo reduzido a análise de variáveis independentes, sociólogos do *mainstream* se sentiam em casa com o Marxismo de multivariáveis de Erik. Se isso é marxismo, pode vir [*bring it on*] (Burawoy, 2020, p. 75).

O próprio Wright (1998), em entrevista concedida ao *Berkley Journal of Sociology* (1987), admite, por meio de uma “honestidade desarmante”, como descreve Burawoy (2020, p. 75), a curiosa aceitação do seu marxismo pelo *mainstream* sociológico e acadêmico de sua época:

O que tem sido curioso ao longo da última década é como houve pouco debate sério realizado pelo *mainstream* sociológico acerca da efusão da pesquisa neomarxista. Eu, em geral, fui incapaz de provocar respostas sistemáticas à minha pesquisa entre sociólogos do *mainstream* [acadêmico], sejam elas teóricas ou empíricas. Um silêncio similar parece ter sido a resposta geral a outros estudiosos radicais. O principal efeito da minha pesquisa no *mainstream*, até onde consigo enxergar, foi que certas “variáveis” passaram a ser mais incluídas em equações regressivas. O que

eu pensei ser um amplo desafio teórico à “sociologia burguesa”, desafio respaldado por pesquisas quantitativas sistemáticas, resultou em uma abordagem pragmática de certos elementos isolados do modelo conceitual operacionalizado sem muita atenção a problemas teóricos abstratos (Wright, 1998, p. 76).

Entendemos que Wright (1993), ao tentar definir metodologicamente fronteiras rígidas entre as classes através de seus famosos mapas de classe, cede à teoria da estratificação. A escolha metodológica de Wright (1997) **acaba por enquadrar toda sua teoria de classes na perspectiva da estratificação**, já que o autor operacionaliza seu mapa de classes mediante o preenchimento das diversas localizações de classe por categorias profissionais, com um intuito de realizar pesquisas quantitativas de multivariáveis. Essa escolha metodológica, podemos afirmar, está alinhada ao compromisso do marxismo analítico com as normas científicas convencionais, pois a pesquisa quantitativa das classes sociais (*surveys*) era vista pelo autor como um dos recursos metodológicos mais compensatórios em sociologia (Wright, 2003, p. 26). Contudo, como já afirmamos seguindo Cavalcante (2012), essa mesma escolha pela pesquisa quantitativa de multivariáveis transforma o mapa de classes de Wright (1997) em um mapa de categorias profissionais. Fica de lado o aspecto relacional e conflitual da constituição das classes sociais dentro de uma perspectiva marxista. Dessa forma, argumentamos que Wright (1997) de fato se afasta do postulado da luta de classes como motor da história, o que enfraquece sua solução específica ao problema das classes médias. A teoria da estratificação, ao final da análise, não consegue dar uma resposta adequada à relação entre as classes sociais e o conflito transformador, já que nega o caráter contraditório e antagônico da formação das classes sociais.

Como comenta Burawoy (2020, p. 74-75), Wright acreditava que a utilização de pesquisas quantitativas poderia “legitimar o marxismo na sociologia, ou mesmo demonstrar a superioridade do marxismo enquanto ciência”. De fato, concordamos com a crença do autor, ou mesmo com a intuição mais geral do marxismo analítico em firmar um compromisso com normas científicas. Contudo, e aqui queremos propor uma diretriz metodológica, **a adoção de normas científicas não pode ser defendida à revelia de um programa de pesquisa marxista e de seus postulados teóricos**. É o próprio programa de pesquisa que identifica as principais anomalias ou instâncias contestatórias que devem ser combatidas. As escolhas metodológicas, portanto, devem levar em conta os postulados desse programa para não correremos o risco de identificar problemas que, fora do seu quadro, não são problemas – como é o caso emblemático do “problema das classes médias”, que só faz sentido dentro do programa marxista de pesquisa.

A crítica que elaboramos acima, vale dizer, segue a mesma linha daquelas feitas por Burawoy (1990) ao marxismo analítico em geral. Para Burawoy (1990, p. 790), a pretensão em adotar normas científicas convencionais e transformar o marxismo em uma ciência “verdadeira”, no caso do marxismo analítico, termina por retirar o marxismo da história, “eclipsando os desafios históricos que foram o ‘motor’ de seu desenvolvimento teórico”. Como tentamos demonstrar ao analisar a teoria de Wright (1997), esses fatores limitam a capacidade do marxismo “primeiro em reconhecer e depois digerir anomalias” (Burawoy, 1990, p. 790). Em linhas gerais, Burawoy sintetiza sua crítica ao marxismo analítico da seguinte forma: “Se separando da política, daqueles que escrevem sobre [ela] e de uma tradição intelectual evolutiva, eles facilmente sucumbem ao reino da ortodoxia acadêmica” (Burawoy, 1995, p. 198-199)

Na postura científica defendida por Burawoy (1995), um certo nível de convenção e dogmatismo devem ser aceitos, não somente em ciências sociais, como também nas ciências exatas; no marxismo, são os sete postulados citados no início deste texto. Seria ingênuo, portanto, imaginar uma ciência que se projeta em tábula rasa, produzindo conhecimento a partir apenas de testes e inquirições empíricas convencionais, tal como pretende Wright e o marxismo analítico. Assim, se o propósito é pensar o marxismo enquanto ciência social, enquanto sociologia, se é fazer avançar o conhecimento no geral e o marxista em particular, se é pensar uma teoria científica das classes sociais, o enquadramento dos programas de pesquisa, a defesa de seus postulados, a identificação (refutação) e absorção (refutação da refutação) das anomalias são tarefas de primeira ordem.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. *In*: BARISON, Thiago. (org.). **Teoria marxista e análise concreta**: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 25-49, 2009.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crie política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BURAWOY, Michael. A tale of two marxisms: Remembering Erik Olin Wright (1947-2019). **New Left Review**, n. 121, p. 66-98, jan. /fev. 2020.

BURAWOY, Michael. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. **American Sociological Review**, v. 55, n. 6, p. 775-793, dez. 1990.

BURAWOY, Michael. Mythological Individualism - The Metaphysical Foundation of Analytical Marxism. *In*: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995. p. 191-199.

- CARCHEDI, Guglielmo. Class and Class Analysis. *In*: WRIGHT, Erik Olin (org.). **The debate on classes**. London/New York: Verso, 1989. p. 105-125.
- CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista**: um estudo a partir do debate marxista. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- COHEN, Gerald. **A teoria da História de Karl Marx**: uma defesa. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- LAKATOS, Imre. **Historia de la ciencia**: reconstrucciones racionales. Madrid: Editorial Técnico, 1987.
- LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge/New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** A organização do sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- ROEMER, John. **A General Theory of Exploitation and Class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- ROEMER, John. New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class. **Politics and Society**, v. 11, n. 3, p. 253-287, 1982b.
- ROEMER, John (ed.). **Analytical Marxism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. *In*: BOITO JR., Armado (org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.
- SANTOS, José A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew. Rationality and Class Struggle. **New Left Review**, n. 123, p. 47-68, set./out. 1980.
- WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Petrópolis: Vozes, 2015.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstructing Marxism**: essays on explanation and the theory of history. London: Verso, 1992.
- WRIGHT, Erik Olin. **Class counts**. Comparative studies in class analysis. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- WRIGHT, Erik Olin. **Class, Crise & State**. London/New York: Verso Paperbacks, 1993.
- WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning real utopias**. London/New York: Verso, 2010.
- WRIGHT, Erik Olin. **The Debate on Classes**. London: Verso, 1998.
- WRIGHT, Erik Olin. Falling into marxism, choosing to stay. *In*: TURNER, Stephen.; SICA, Alan. (ed.). **Erik Olin Wright Autobiographical Essay**. New York: Verso, 2003.
- WRIGHT, Erik Olin. What is Analytical Marxism? *In*: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995.

Recebido em: 15/08/2023

Aceito em: 25/09/2023